

O Debate agrícola além dos subsídios: reforma sistêmica e segurança alimentar

Bruno Stankevicius Bassi - Faculdade Cásper Líbero

bruno.sbassi@hotmail.com

Nos últimos 15 anos, a comunidade internacional tem conquistado avanços significativos na redução da pobreza e desigualdade.

Sob o marco dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, logramos reduzir a pobreza extrema em termos monetários à metade do nível registrado em 1990.

Contudo, ainda 1,2 bilhão de pessoas vive com menos de US\$ 1,25 por dia. O número de pessoas vivendo com uma ou mais privações críticas em seu cotidiano seria de 2,3 bilhões de acordo com os indicadores de pobreza multidimensional.¹ E o quadro torna-se ainda mais alarmante quando verificamos que 805 milhões de pessoas no mundo estariam em condições de insegurança alimentar e subnutrição.²

Nesse contexto, a questão da resiliência – entendida como a capacidade de países ou de populações de absorver choques externos, sejam eles financeiros ou originados por desastres naturais – vem ganhando enorme destaque na agenda internacional pós-2015. Construir sociedades resilientes implica fundamentalmente reconhecer quais grupos sociais encontram-se em situação de vulnerabilidade, tendo ameaçadas sua sobrevivência e desenvolvimento humano.

Estes grupos comumente coincidem com aqueles posicionados logo acima da linha da pobreza ou recém-saídos dela que, apesar de engordarem as estatísticas que apontariam uma superação da miséria mundial no médio prazo, vivem sob a constante ameaça de recair na pobreza extrema.

¹ UNDP. Human Development Report 2014. Sustaining human progress: reducing vulnerabilities and building resilience. Nova York: UNDP, 2014. p.71.

² FAO; IFAD; WFP. 2014. The State of Food Insecurity in the World 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Roma: FAO, 2014. p.8.

Pouco se tem estudado sobre os desafios de evitar essa recaída, distintos daqueles que envolvem retirar inicialmente as pessoas da pobreza. Um destes desafios reside justamente na garantia de segurança alimentar.

Após a crise mundial de 2008, a alta volatilidade dos preços das commodities agrícolas junto à histórica precariedade da cadeia mundial de distribuição de alimentos e à recessão econômica, tiveram peso decisivo no aumento da vulnerabilidade de populações e de países subdesenvolvidos.

Ao mesmo tempo, as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, paralisadas desde 2005, retomavam o fôlego que conduziria ao fechamento do Pacote de Bali em 2013. Pela primeira vez encontrou-se um denominador comum entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos, postergando uma decisão definitiva sobre o impasse dos subsídios agrícolas com o objetivo de avançar na pauta de liberalização do comércio internacional.

O acordo de Bali, contudo, foi ineficaz em criar um arcabouço regulatório que garantisse aos países em desenvolvimento – e especialmente às populações vulneráveis –, um status diferenciado no programa de liberalização.

Os vícios do tecnicismo mostram-se mais uma vez presentes, ao despejar exclusivamente nos subsídios agrícolas, tanto domésticos quanto à exportação, as esperanças e frustrações de um modelo de desenvolvimento excludente.

Uma série de estudos empíricos tem detectado a ineficácia dos métodos tradicionais de medição em diferenciar os subsídios dos diferentes tipos de suporte governamental aos produtores agrícolas.³ Nessas análises coincide a visão de que, dado o alto grau de concentração do mercado agrícola mundial, uma reforma na política de subsídios, embora necessária, não seria suficiente para gerar benefícios tangíveis aos produtores de países em desenvolvimento.

A intensificação do processo de concentração de terras nas últimas duas décadas gerou um cenário onde os latifúndios, apesar de representar apenas 7,7% do total de fazendas, passaram a controlar 75,6% das terras agrícolas no mundo.⁴

³ WISE, T. A. The paradox of agricultural subsidies: measurement issues, agricultural dumping, and policy reform. GDAE Working Paper No. 04-02, Tufts University, 2004. p.3-17.

⁴ GRAIN. Hungry for land: Small farmers feed the world with less than a quarter of all farmland. GrainReports, mai.2014. p.3.

Estes dados tornam-se alarmantes na medida em que a agricultura familiar e comunitária produz ao redor de 80% dos alimentos consumidos no mundo,⁵ estando geralmente os latifúndios dedicados à produção em monocultura de commodities para processamento industrial, tais como soja, milho, cana de açúcar e palma, produtos que raramente fazem parte da dieta tradicional das comunidades locais.

Portanto, é possível contestar a centralidade dos subsídios no debate sobre a reforma do sistema agrícola sob dois aspectos. O primeiro está vinculado à tendência de verticalização da cadeia de produção agrícola, onde grandes grupos controlam desde a produção até o processamento, distribuição e comercialização dos alimentos, não havendo relação direta entre a abolição de subsídios agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico dos pequenos produtores rurais.

O segundo diz respeito ao processo de automação no campo que aumentou o desemprego nas zonas rurais e, conseqüentemente, o fluxo migratório para as áreas urbanas, impactando os índices globais de pobreza e vulnerabilidade. Prova disso é o fato de cerca de 80% das pessoas subnutridas do mundo viverem no campo.⁶

A eliminação de subsídios isolada se revela, portanto, incapaz de alterar as relações produtivas no sistema agrícola mundial, sendo necessária uma reforma mais profunda no sistema agrícola mundial. Essa reforma passa, necessariamente, pelo compromisso político dos países em promover a reforma agrária e a distribuição de terras produtivas, incentivando o cooperativismo e associativismo dos pequenos e médios produtores.

Cabe ressaltar também o papel dos governos e das agências internacionais em prover os recursos técnicos necessários para que o empreendedorismo individual torne-se sustentável no longo prazo, implementando sistemas de cooperação e governança entre o setor público, pequenos produtores, comunidades, iniciativa privada, pesquisadores e universidades.

Prova da viabilidade deste modelo, estudos recentes têm comprovado a capacidade da agricultura orgânica de pequena escala em neutralizar seu histórico déficit de produtividade em relação à agricultura comercial através de métodos tradicionais de plantios rotativos e práticas agroecológicas.

⁵ Ibid. p.5.

⁶ Ibid. p.3.

Uma reforma genuína, capaz de construir resiliência e promover o desenvolvimento humano das populações vulneráveis ao redor do mundo, deve ir além do atual debate sobre os subsídios, gerando incentivos a pequenos produtores, à agricultura comunitária, hortas urbanas e outros modelos alternativos. Por este caminho passa, inexoravelmente, a condição humana de alimentar as próximas gerações.